

O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO DO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DE GEOGRAFIA

Emilia Moreira
Doutora em Geografia, Professora do Departamento de
Geociências da UFPB
E-mail: erodat@hotmail.com

Resumo: Após referir-se ao atraso e à negligência da Geografia na definição do seu objeto, o texto ressalta os equívocos e imprecisões contidos na abordagem clássica do mesmo. Em seguida defende a tese de que o espaço é um produto do trabalho humano e como tal, acha-se intrinsecamente relacionado ao modo através do qual os homens produzem as condições materiais e culturais necessárias à sua existência.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a Geografia conviveu com uma multiplicidade de definições que levavam a uma indefinição do seu objeto de estudo¹.

“De todas as disciplinas sociais, a Geografia foi a que mais se atrasou na definição do seu objeto e passou mesmo a negligenciar completamente esse problema” (Santos, 1980:113/114).

A preocupação com o espaço geográfico era colocada num plano secundário². Hartshorne, influente geógrafo americano, chegou mesmo a afirmar que *“a Geografia deveria ser definida antes pelo seu método próprio de aproximação ou de enfoque do que em termos de seu objeto”*³ (SANTOS, 1980: 114). Não se quer com isto minimizar a importância do método. Como bem o diz Santos:

“Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço

¹ A Geografia Tradicional conviveu com uma gama de definições dentre as quais destacam-se: a mais usual, que consiste no estudo da superfície terrestre; o estudo morfológico e/ou fisiológico da paisagem; o estudo da individualidade dos lugares; o estudo da relação entre sociedade e natureza, e; o estudo do espaço. Leia-se a respeito, entre outros, MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.

² Ver a respeito: LIPETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

³ Apesar da valorização do método, o espaço aparece de forma implícita na obra de Hatshorne no sentido de área receptáculo que apenas contém coisas. Corrêa, 1995.

interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo” (1997:16).

A verdade é que a geografia tradicional⁴ “privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências” (CORRÊA, 1995:17). Por sua vez, quando a discussão passou a priorizar a problemática espacial, ela revestiu-se de um certo número de insuficiências explicativas que geraram deformações, imprecisões e equívocos no tratamento da questão. O espaço passou a ser concebido como um dado neutro, como uma unidade autônoma e homogênea, como algo estático que detém a função de mero suporte da ação social, isto é, como um palco onde se localizam e se desenvolvem as atividades do homem. Nesse contexto, o espaço é humano apenas porque o homem o habita; “o homem é um agente que modela o relevo e não um ser social que produz o espaço à imagem e semelhança da sociedade da qual participa” (CARLOS, 1991:11).

Na verdade, estudar o espaço como uma unidade autônoma e homogênea, como um suporte da ação do homem, implica necessariamente em omitir as relações que se estabelecem entre os homens, em negar as diferenciações internas nelas existentes tais como classes sociais e relações de dominação-subordinação, em excluir as diferentes formas de produzir e em não reconhecer as questões ideológicas e políticas que estão contidas no espaço. Implica também em desprovê-lo de sua dimensão histórica, na medida em que a ação do homem é considerada como algo genérico, desvinculada das condições concretas materiais de vida que são, como se sabe, historicamente datadas.

Contra-pondo-se a visão do espaço enquanto palco, enquanto algo exterior ao homem, desenvolve-se, nos anos 70, uma nova corrente no interior do pensamento geográfico intitulada de Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e na dialética. Esta corrente posiciona-se criticamente tanto em relação à Geografia Tradicional e à Geografia Pragmática quanto à realidade social e à ordem constituída. Seus autores “assumem o conteúdo político do conhecimento científico propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. (...) pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. (...) mostram as vinculações

⁴ Denomina-se de geografia tradicional o conjunto de correntes do pensamento geográfico que caracterizou esta ciência entre aproximadamente 1870, quando a geografia institucionalizou-se nas universidades européias, e a década de 1950, quando surge a geografia teórica-quantitativa.

entre as teorias geográficas e o imperialismo, a idéia de progresso veiculando sempre uma apologia da expansão. Mostram o trabalho dos geógrafos, como articulado às razões de Estado” (MORAES, 1983:112). Concebem o espaço geográfico como um produto social, um espaço social, “constituído de momentos, de totalidades mais ou menos abrangentes que se articulam com a totalidade global, infinita” (SILVA, 1989: 19).

No Brasil, um dos maiores expoentes dessa nova corrente é o geógrafo Milton Santos⁵ o qual, inspirado em Lefèbvre, aprofunda a discussão sobre a concepção de espaço enquanto espaço social. Na obra “Por uma Geografia Nova” tomando Henry Lefèbvre como referência ele estabelece a discussão entre espaço natural e espaço social. O espaço natural seria a natureza primeira, a natureza mãe que “cria obras” com individualidade própria, pertencentes a um determinado gênero e a diferentes espécies, porém que não necessitam de trabalho para sua criação (SANTOS, 1980:88).

“La nature produit-elle? C’est le sens initial du mot: conduire et mener avant, faire sortir de la profondeur. Pourtant, la nature ne travaille pas: et même c’est un trait qui la caractérise: elle crée. Ce qu’elle crée, à savoir des <êtres> distincts, surgit et apparaît. Elle les ignore (si l’on ne suppose pas, dans la nature, un dieu calculateur, une providence). Un arbre, une fleur, un fruit ne sont pas des ‘produits’ même dans un jardin. La rose est sans pourquoi, elle fleurit parce qu’elle fleurit. ‘N’a souci d’être vue’(Angelus Silesius). Elle ne sait pas qu’elle est belle, qu’elle sent bon, qu’elle présente une symétrie d’ordre n, etc. Comment ne pas suivre ou reprendre ces questions? La ‘nature’ ne peut opérer suivant la même finalité que l’être humain. Ce qu’elle crée, ces <êtres> sont des oeuvres: ils ont <quelque chose> d’unique, bien que appartenant à un genre et à des espèces: cet arbre, cette rose, ce cheval. La nature se presente comme le vaste terrain des naissances. Les <choses> naissent, croissent et mûrissent; elles se flétrissent et meurent. Un infini se cache sous ces termes. Violente, généreuse, avaré, abondante, toujours ouverte, la nature s’étale. L’espace-nature n’est pas celui d’une

⁵ Pode-se citar no Brasil, entre muitos outros, Ruy Moreira, Ana Fani Alessandri Carlos, Sandra Lencioni, Antonio Carlos Robert Moraes, Thomas Júnior, como vinculados à Geografia Crítica.

mise en scène. Pourquoi? Il ny a pas de pourquoi. La fleur ne sait pas qu'elle est fleur. Ni la mort qui meurt" (LEBFÈVRE, 1981:85-86).

Esse espaço natural, porém, só teria existido até o momento anterior aquele em que o homem se transforma em homem social, através da produção social. A partir desse momento, tudo o que se considera como natureza primeira já teria sido transformado numa segunda Natureza isto é, no espaço social ou geográfico. Deste modo, o espaço social é criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada (SANTOS, 1980:163).

Para Ruy Moreira (1982), apesar da primeira natureza não ser o espaço geográfico, não há, no entanto, espaço geográfico sem ela. Ele ainda acrescenta que de todos os objetos existentes num arranjo espacial, os de ordem natural são os únicos que não derivam do trabalho social, que a primeira natureza somente é incorporada ao espaço geográfico quando absorvida pelo processo da história, daí decorrendo que sua importância geográfica resulta, sobretudo, do fato de situar-se no próprio âmago da natureza social do espaço, sendo este âmago o trabalho social. A natureza primeira ou o espaço natural constitui, portanto, a matéria-prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico.

III- O ESPAÇO ENQUANTO FRUTO DO TRABALHO

Se a natureza primeira ou o espaço natural constitui a matéria-prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico, o que é trabalho? O que se entende por processo de trabalho?

Sabe-se que, para atender suas necessidades e garantir sua sobrevivência, os seres vivos que compõem o meio ambiente apropriam-se e submetem a natureza.

“As espécies vegetais absorvem minerais, umidade e luz solar; os animais se alimentam das espécies vegetais e também de outros animais; mas apoderar-se desses materiais ou produtos da natureza, tais como são, não é trabalho. O trabalho é uma atividade que transforma ou altera o estado natural dos materiais ou produtos para melhorar sua utilidade. Assim, a espécie humana partilha com as demais espécies a atividade de atuar sobre a natureza, no entanto a faz de modo a transformá-

la para melhor satisfazer suas necessidades oriundas da condição humana” (SIVIERI, 1995:80).

Segundo Marx,

“(...) o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma soma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, s.d.:202).

Nesse esforço de transformar a Natureza o homem também se transforma, seja pelo desenvolvimento/enfraquecimento do seu corpo, seja pela ampliação/embutimento de conhecimentos.

“Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa” (SANTOS, 1997: 64).

Vale lembrar que, ao produzir valores de uso, o homem distingue-se, por exemplo, das abelhas. É que no caso do homem, a subordinação da natureza não é um ato fortuito. Ao produzir valores de uso, ele modifica a Natureza segundo um projeto que ele, previamente, tinha estabelecido na sua mente.

“A natureza social do espaço geográfico decorre do fato simples de que os homens têm fome, sede, frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer o homem ao reino animal, ponte de sua dimensão cósmica. No entanto, à diferença do animal, o homem consegue os bens de que necessita intervindo na primeira natureza, transformando-a. Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um ser animal para

um ser social, combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana”(MOREIRA,Ruy 1982:42).

É o trabalho que dá vida aos meios de produção, retirando-os de sua inércia, transformando-os em algo útil. Nesse sentido, o trabalho consome os meios de produção. É também através do trabalho que o homem coloca em ação a sua força-de-trabalho, isto é, o conjunto das suas faculdades físicas e mentais que ele utiliza para produzir valores de uso.

O trabalho é, portanto, um elemento essencial do processo de trabalho. Este é entendido como a atividade humana *“que transforma um objeto determinado em um produto determinado, transformação efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados”* (HARNECKER, 1973:28). O processo de trabalho implica, conseqüentemente, numa relação, mediatizada pelos instrumentos de trabalho, entre o homem e a natureza e entre os homens e os próprios homens que tem como resultado a produção de um espaço específico, o espaço de vida das sociedades humanas. Como afirma Milton Santos:

“Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço” (SANTOS, 1996:88).

Visto por este prisma, o processo de produção do espaço acha-se intrinsecamente relacionado ao modo através do qual os homens produzem as condições materiais e culturais necessárias à sua existência. Desse modo, cada espaço assume os caracteres do modo de produção que lhe deu origem.

O modo de produzir as condições materiais de vida mantém estreita relação com as formas de organização social, política, religiosa e intelectual. A produção dessas condições materiais constitui a infra-estrutura ou nível econômico da sociedade. Além do nível econômico, todo modo de produção comporta um nível político-jurídico e um nível ideológico. O primeiro compreende o conjunto das leis e das formas de organização do poder e o segundo, um conjunto de crenças e valores que consubstanciam as formas de coesão social. Os níveis político-jurídico e ideológico formam a super-estrutura da sociedade.

A infra-estrutura está intimamente relacionada com a super-estrutura, determinando-a e, ao mesmo tempo, sendo por aquela determinada. Assim, ao se afirmar que o modo de produzir gera e formata o espaço geográfico leva-se em consideração que não apenas os aspectos econômicos desempenham um papel fundamental nesse processo, mas também que os aspectos sociais, políticos e culturais do modo de produção deixam, sem dúvida, a sua marca no espaço. Vale dizer, o espaço produzido é o resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção que comportam as condições técnico-materiais e a sua contextualização política, jurídica e ideológica.

O espaço também mantém uma estreita relação com a formação econômico-social, aqui entendida como *“uma combinação concreta de modos de produção, organizados sob a dominância de um deles”*(ANDERSON, 1982).

Ruy Moreira (1982) ao abordar a relação entre espaço geográfico e formação econômico-social afirma que a segunda natureza, isto é, o espaço físico incorporado ao processo de gênese e desenvolvimento de uma determinada formação econômico-social, nada mais é do que a própria formação econômico-social. Em outras palavras, o processo formador do espaço geográfico seria para ele, o mesmo da formação econômico social. Santos (1977), por sua vez chega a afirmar, que não é possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem se recorrer ao espaço e que modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes. Derivado do conceito de formação sócio-econômica, ele estabelece o conceito de formação sócio-espacial ou, simplesmente, formação espacial. Corrêa (1995), considera que o mérito do conceito de formação espacial *“reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”*. Para ele, não tem sentido falar em sociedade e espaço como se fossem duas realidades independentes que se reuniriam num dado momento, *“a posteriori”*, mas sim em formação sócio-espacial a qual é considerada como uma *“meta-conceito, um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território”* (1995:27).

Do exposto conclui-se que ao se confundir com a formação econômico-social, *“a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialética que nos permite, através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação*

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 1, n.2	Julho/Dez -2002	p. 33-46
--------------------	-------------	-------------	-----------------	----------

espacial, conhecer a estrutura e os movimentos da formação econômico-social, e vice-versa” (MOREIRA, 1982:36).

Seguindo a mesma linha de pensamento, torna-se fácil demonstrar concretamente, através dos “arranjos espaciais”, aqui entendidos como objetos técnicos e culturais, a fusão do espaço com as instâncias que compõem a estrutura da formação econômico-social a exemplo da fábrica (instância econômica), do tribunal (instância jurídico-política) e da Igreja (instância ideológica).

“Fica evidente, portanto, que tais elementos do arranjo espacial não se encontram soltos no espaço, pois inserem-se numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem. Uma fábrica moderna, por exemplo, jamais seria um objeto espacial encontrado na paisagem de uma formação econômico-social feudal. Mas se pode ser encontrado na paisagem tanto de uma formação econômico-social capitalista, quanto na de uma formação econômico-social socialista, em cada qual tem um significado próprio, significado que só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte. Desligado de sua totalidade social, um objeto espacial, e, por extensão, um arranjo espacial, perde completamente sua expressão e seu valor analítico de uma formação espacial ou uma formação econômico-social” (MOREIRA, 1982:37).

Outro aspecto a ser considerado é a dimensão histórica do espaço social. Entendendo-se que o espaço produzido é o resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção (e conseqüentemente da formação econômico-social), como todo modo de produção se transforma na medida em que evoluem e se transformam as forças produtivas, o espaço fruto desse processo, se reorganiza para produzir as novas formas de produção e as novas relações produtivas que se estabelecem num momento histórico.

“Não sendo o momento histórico linear, mas encerrando contradições, o espaço que o exprime condensa o modo de produção daquele tempo determinado ou nos seus vários

momentos, ou condensa ainda modos de produção (processos produtivos) anteriores” (GODOY, Rosa. 1985:49).

Daí Milton Santos afirmar que o espaço é um “testemunho”, na medida em que ele presencia e capta um momento de um modo de produção, através da “*memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem*”(SANTOS, 1980). Em outras palavras, ao se organizar, o espaço, reproduzindo as características do modo de produção que lhe originou, origina formas espaciais que se inscrevem na paisagem e refletem as relações técnicas e sociais de produção que comandaram um determinado momento da produção humana. Algumas dessas formas não desaparecem com a evolução e a transformação que se processa nos modos de produção, e, conseqüentemente, na organização do espaço. Como bem o diz Milton Santos,

“o modo de produção que, por intermédio de suas determinações (em um mesmo lugar, pode-se ter ao mesmo tempo, determinações diferentes), cria formas espaciais fixas, pode desaparecer – e isto é freqüente – sem que tais formas fixas desapareçam. O momento se cristaliza em memória e, para repetir Morgenstern, é como a memória de um presente que foi” (1980:3).

A título de exemplo, basta observar na Europa as marcas do feudalismo (castelos fortificados e habitações de servos) que resistiram ao tempo e que convivem com as marcas espaciais impressas na paisagem moderna, construída pelo modo de produção capitalista nas suas mais diversas etapas de desenvolvimento⁶. Com base no exposto entende-se que o espaço geográfico, enquanto espaço produzido é, portanto, um produto histórico.

A respeito da interação entre história e espaço, Hildebert Isnard afirma:

“A história começa no momento em que o homem adquire a possibilidade de se liberar da ordem estabelecida pela natureza. E com ela começa também a organização do espaço geográfico. (...). Com a realização dos seus projetos, concebidos para escapar a ordem natural das coisas, as sociedades se engajam

⁶ A paisagem é aqui entendida como o domínio do visível, o que é alcançado pela visão do observador, que é formada de volumes, movimentos, cores, odores, sons; que é criada por acréscimos, substituições e que constitui uma herança de muitos momentos já passados (SANTOS, Milton: 1996).

na história e na construção do seu espaço. (...) Assim, a história se projeta sobre o espaço, o marca com suas contribuições sucessivas: o espaço tem portanto historicidade e torna-se uma dimensão da história” (ISNARD, 1978:70-71).

Nesse sentido, como afirma Rosa Godoy,

“A relação espaço-tempo (processo histórico) resulta, pois, em que cada período da história – periodicidade configurada a partir do modo de produção que estrutura a sociedade- produza um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza” (1985:49).

Assim sendo, nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço irá reproduzir a dinâmica deste modo de produção. Isto quer dizer que se o processo de produção capitalista acha-se subordinado as necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro. Vale sublinhar que, com isto, não se está desconsiderando o papel desempenhado pelo meio físico na organização espacial. Porém ele é considerado, como já foi anteriormente colocado, como *“a matéria-prima a partir da qual o espaço é produzido”*. A importância que ele assume é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas. Quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, menor será a dependência dos condicionantes naturais.

“Ontem o homem escolhia em torno, naquele seu quinhão de natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida: espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas. Esse pedaço de mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital. (...) A história do homem é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. (...) O homem se torna fator geológico,

geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela Humanidade” (SANTOS, 1997: 16/17).

Desse modo, conforme os recursos técnicos disponíveis, as sociedades transformam a natureza original dos seus territórios, submetendo-as às suas necessidades.

“(...) a vegetação é inteiramente modificada, os rios são represados ou desviados de seu curso original, os morros e colinas aplainados, os solos corrigidos e até o clima de certas áreas se altera em razão dos desmatamentos, da construção de grandes lagos artificiais, da poluição do ar e do asfaltamento de ruas e avenidas. A própria localização de uma área ganha novo significado, pois também as distâncias têm agora um sentido relativo: com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações pode-se ir rapidamente de um ponto a outro do globo terrestre ou, em segundos, estabelecer contato com alguém distante milhares de quilômetros” (VESENTINI, 1991:7).

Se levarmos em conta que nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço acha-se antes de tudo subordinado às necessidades de acumulação de capital (produção de mais-valia) e que este processo de acumulação é desigual (ele se dá de forma diferenciada quer entre setores da atividade, quer entre as diversas regiões do mesmo país), concluiremos que o espaço, enquanto produto das necessidades de acumulação, sofre as diferenciações decorrentes desse processo. Pode-se mesmo afirmar que a cada forma assumida pelo processo de acumulação, corresponde uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial.

Não se pode esquecer também o caráter de classe que fundamenta as sociedades capitalistas. Considerando-se que cada sociedade se reproduz no espaço por ela criado e que cada espaço reproduz o tipo de sociedade que lhe dá origem, tem-se que, numa sociedade de classes, como a que caracteriza o modo de produção capitalista, o espaço por ela gerado se organiza segundo a estrutura de classes. Para Ruy Moreira (1982),

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 1, n.2	Julho/Dez -2002	p. 33-46
--------------------	-------------	-------------	-----------------	----------

“são as relações de classes de dada fração do território que orientam a dialética do espaço do lugar”. Segundo aquele autor, “é, este exatamente o nexo que funde o espaço e sociedade tornando-os uma mesma totalidade social” (MOREIRA, Ruy: 1980/123).

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos outros aspectos relativos ao espaço concebido como produto do trabalho, isto é, como produto social, podem ser abordados. Não pretendemos neste texto recuperar toda a discussão vigente, mas apenas fornecer um pequeno aporte para a discussão sobre o tema, visando contribuir para o ensino de uma Geografia mais comprometida com a realidade social. Neste sentido procura-se demonstrar que o espaço produzido socialmente constitui “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1996:71). Enquanto tal, não é algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Uma Geografia para o século XXI. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1993.

_____ Geografia, Ciência da Sociedade. São Paulo, Ed. Atlas, 1987.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço e Indústria. São Paulo: Contexto, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

_____ O Espaço Urbano. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____ “Espaço, um conceito chave da geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ Região e Organização espacial. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GODOY, Rosa. O Regionalismo nordestino. São Paulo: Ed. Moderna. 1985.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 1, n.2	Julho/Dez -2002	p. 33-46
--------------------	-------------	-------------	-----------------	----------

HARNECKER, M. Os conceitos elementares do materialismo histórico. São Paulo: Global Editora, 1983.

ISNARD, Hildebert. L'espace Géographique. Paris: PUF. 1978.

LEFEBVRE, Henry. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos. 1981.

LIPIETZ, Alain. O Capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, liv. 1. 1ª ed. s/d.

MORAES, Antonio Carlos R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1983.

MOREIRA, Ruy. "Espaço agrário e classes sociais rurais no Brasil". Petrópolis: Revista de Cultura Vozes. Ano 74. Vol. LXXIV março, 1980. No 2.

_____ "A Geografia serve para desvendar máscaras sociais". In: MOREIRA, Ruy. Geografia, Teoria e Crítica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

MOREIRA, Emilia. Da concepção de espaço à noção de espaço agrário. João Pessoa: Texto Didático, 1990. (mimeo)

RIBEIRO, Wagner Costa. "Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana". In: O Ensino da Geografia em questão e outros temas. Revista Terra Livre no. 2. AGB. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____ "O espaço e seus elementos: questões de método". In: Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: Departamento de Geografia do Instituto de Geociências/UFMG. No 1 – Ano I - 1982.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.

_____ A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1997.

_____ Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 3ª ed. 1997.

SILVA, Lenira Rique da. A não espacialidade geográfica e a questão da terra. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1989.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 1, n.2	Julho/Dez -2002	p. 33-46
--------------------	-------------	-------------	-----------------	----------

SIVIERI, Luiz Humberto. “Saúde no trabalho e Mapeamento dos Riscos”. In: Saúde Meio Ambiente e Condições de Trabalho. São Paulo: CUT, 1996.

TARGINO, Ivan. Modo de Produção: algumas notas introdutórias. João Pessoa: Texto Didático, 1989. (mimeo)

VESENTINI, José William. “O método e a práxis (notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia crítica)”. In: O Ensino da Geografia em questão e outros temas. Revista Terra Livre no. 2. AGB. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.

_____ Espaço e Sociedade. São Paulo: Ática, 1991.